Veteranos Brasileiros do Mediterrâneo: a Força Expedicionária Brasileira (1944-45) e o Batalhão Suez (1956-1967)

Brazilian veterans of the Mediterranean: the Brazilian Expeditionary Force (1944-45) and Suez Battalion (1956-1967)

Dennison de Oliveira[1]
Universidade Federal do Paraná

Fabiano Luis Bueno Lopes[2]
Doutorando em História - Universidade Federal do Paraná

Resumo

O Brasil enviou efetivos militares para prolongadas operações no Mediterrâneo durante a Segunda Guerra Mundial (1939/45) e no contexto compreendido entre o fim da Guerra do Sinai e o início da Guerra dos Seis Dias (1956-1967): a Força Expedicionária Brasileira e o Batalhão Suez. Este artigo se dedica a examinar o processo de desmobilização dessas forças. O texto examina tanto o efeito dessas operações sobre o Exército, em particular sobre seu processo de modernização, quanto sobre o processo de construção da cidadania, particularmente no que se refere ao destino dos veteranos destas operações. O foco é no destino dos veteranos, em particular no que se refere ao seu processo de reintegração social e a paralela mobilização em associações, sempre com referência ao estudo do caso dos veteranos radicados no Estado do Paraná (Brasil).

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; Batalhão Suez; reintegração social.

Abstract

Brazil sent military troops to extended operations in the Mediterranean during World War II (1939/45) and in the context between the end of the Sinai War and the beginning of the Six Day War (1956-1967): the Brazilian Expeditionary Force and Battalion Suez. This article is dedicated to examining the process of demobilizing these forces. The text examines both the effect of these operations on the Army and Civil Society, in particular on its modernization process and about the process of building citizenship, particularly with regard to the fate of veterans of these operations. The focus is on the fate of veterans, in particular with regard to their social reintegration process and parallel mobilization associations, always with reference to the case study of veterans settled in Paraná State (Brazil).

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; Suez Battalion; social reintegration.

- **Enviado em: 27-11-2012**
- **Aprovado em: 01-12-2012**

[1] Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Autor dos livros *Os soldados brasileiros de Hitler* e *Os soldados Alemães de Vargas*, publicados pela Editora Juruá de Curitiba (2008). Organizou a coletânea A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro, Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. 2012. 116 pg. Disponível em http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/livro_final.pdf

[2] Doutorando em História pela UFPR. Autor do livro *Batalhão Suez: história, memória e representação coletiva.(1956 – 2006)* Curitiba, Editora do Autor, 2008. 171 p.

Introdução

Em duas diferentes ocasiões ao longo do século passado o Brasil remeteu efetivos da ordem de milhares de militares para prolongadas operações no Mediterrâneo. No primeiro caso, o da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para operações de guerra como parte do V Exército dos EUA contra tropas do Eixo no norte da Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1944/45), com efetivos de uma Divisão de Infantaria (25.000 homens dos quais metade combatentes). No segundo, o do Batalhão Suez, para atuar como força de paz integrando a UNEF I ("First" United Nations Emergency Force) prevenindo a ocorrência de conflitos entre Egito e Israel na fronteira entre esses dois países entre o fim da Guerra do Sinai (1956) e o início da Guerra dos Seis Dias (1967), com efetivos de batalhão em regime de rodízio ao longo de uma década. Foram enviados ao Oriente Médio cerca de 6.300 homens em serviços de guarda e vigilância, dos quais apenas os últimos contingentes foram de fato envolvidos em operações de guerra, havendo casos isolados de incidentes derivados das missões de sentinela nas fronteiras ou ocorrências controladas envolvendo grupos armados locais.

O Brasil é um país que tradicionalmente se manteve afastado dos grandes conflitos que eclodiram por todo mundo ao longo do século XX, o que torna o exame destas duas prolongadas e intensas experiências na bacia do Mediterrâneo de particular interesse para os estudiosos da História Militar. O que estamos propondo aqui é problematizar simultaneamente com referência a ambos os episódios alguns aspectos da maior relevância tanto para a história institucional do Exército Brasileiro, como para o estudo das relações entre forças armadas e sociedade civil no Brasil contemporâneo. Dentre os temas possíveis os mais importantes se referem ao recrutamento, treinamento, emprego e desmobilização de cada uma dessas forças. Tais temas tem que ser interpretados sempre com relação ao contexto político interno e mundial, bem como nas suas conexões com a história do Exército e do respectivo processo histórico de construção da cidadania.

Vamos enfatizar aqui a etapa de desmobilização dessas forças, sobretudo pelo que ela tem de reveladora dessas conexões. No processo de desmobilização, por sua vez, cabe enfatizar, tanto o efeito dessas operações sobre o Exército, em particular sobre seu processo de modernização, quanto sobre o processo de construção da cidadania, particularmente no que se refere ao destino dos veteranos destas operações. No caso específico desse texto importa o exame do destino dos veteranos, em particular no que se refere ao seu processo de reintegração social e a paralela mobilização em associações, sempre com referência ao estudo do caso dos veteranos radicados no Estado do Paraná.

No caso do Batalhão Suez, ao término da missão de um ano, havia o rodízio de contingentes realizado semestralmente. Ao retornar os soldados eram desligados da corporação, geralmente perdendo o contato entre si. Apenas a partir de finais da década de 1970 iniciam-se as primeiras associações, sendo a pioneira formada em Curitiba. Ao longo do tempo assumem algumas formas de atuação, visando exercer algumas posições principais: confraternizações vinculadas à lembrança e formação de uma memória histórica sobre a atuação e o caráter contestador e reivindicatório, visando conquistar de direitos e benefícios aos ex-combatentes.

Considerações teóricas do processo de reintegração social dos veteranos

As principais interpretações disponíveis sobre o processo de reintegração social do ex-combatente no Brasil entendem que o processo de reintegração social do ex-combatente foi decisivamente influenciado, senão determinado, por dois fatores: 1) o estágio que se encontrava naquela época o processo de construção histórica da cidadania brasileira[3]; e 2) o perfil político e institucional das entidades civis e militares encarregadas de implementar as medidas de apoio e amparo à esse processo de reintegração[4].

Não pode haver dúvida sobre o enorme grau de influência que ambos fatores exerceram no processo. Por um lado, é quase um truísmo afirmar que, se os indivíduos recrutados pelo Brasil para lutarem na guerra ou atuar em forças de paz não eram cidadãos na plena acepção do termo (cidadania incompleta ou inconclusa)[5], não podemos nos surpreender que também não tenham tido no retorno ao país após a guerra o pleno reconhecimento de seus direitos como cidadãos, mesmo

[3] "Os direitos sociais são conquistados (décadas de 1930 e 1960) exatamente quando os direitos políticos e civis e políticos foram negados". In: CREMONESE, D. A Difícil Construção da Cidadania no Brasil. In: *Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, jan./jun., 2007. Pg. 59. Ou ainda: "Esses dilemas atingiam não apenas os ex-combatentes, mas toda a classe trabalhadora brasileira. Mesmo as categorias profissionais mais combativas enfrentaram grandes dificuldades na luta por melhores condições de trabalho e de seguridade social. No que concernia à luta por direitos sociais básicos, a combinação das práticas sociais de paternalismo e repressão governamentais estimulavam a conciliação entre capital e trabalho e estigmatizavam, quando não criminalizavam, o conflito social". In: FERRAZ, F.C.A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. Tese de Doutorado. História, USDP, 2002. Pg. 375. As atrocidades perpetradas contra opositores políticos na Era Vargas são discutidas em ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil* (1930-54). São Paulo, Cia. da Letras, 2001.

[4] "Se concebermos a cidadania "clássica" como o exercício dos direitos civis, políticos e sociais, entendemos que as estruturas políticas e sociais brasileiras de então ofereciam poucas condições para o exercício pleno desta categoria de cidadania, ou mesmo de qualquer outra. O Estado Novo sufocava direitos civis e políticos, e promovia alguns poucos direitos sociais como uma concessão sua. Seu Exército não só reproduziu tal estrutura como a reforçava. A sociabilização dos expedicionários, nestas condições, constituir-se-ia, com o tempo, em uma força de conservação, e não de mudanças, da estrutura social. Os conscritos eram, assim, mais soldados que cidadãos". In FERRAZ, Op. Cit. Pg. 371.

[5] SAES, Décio Azevedo Marques de. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. Estudos Avançados. 2001, vol.15, n.42, pp. 379-410.

tendo honrado seus compromissos cívicos, cumprindo com seus deveres para com a pátria no campo de batalha[6].

A noção de uma cidadania incompleta ou inconclusa tem sido utilizada em tempos recentes por uma variedade de grupos sociais, todos tidos como marginalizados ou discriminados no exercício dos seus direitos como cidadãos, como as mulheres[7], os negros[8], etc. O caráter incompleto ou inconcluso se refere à ideia de que a cidadania é construída historicamente, contemplando etapas que englobam tanto a aquisição de direitos civis quanto sociais[9], podendo historicamente ser exercida na sua plenitude ou de forma limitada[10].

Segundo José Murilo de Carvalho, o conceito de cidadania inclui direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante à lei; direitos políticos, incluindo direito do cidadão no governo estabelecido e; direitos sociais, que são entendidos como direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria. Ao concluir que o Brasil possuiu um histórico de construção de uma cidadania "inconclusa", ou seja, em que em algumas fases foram negados ao cidadão determinados direitos, destacamos aspectos sociais que foram subtraídos dos veteranos estudados. Apesar do retrocesso evidente com a cassação dos direitos políticos e civis devido aos Atos Institucionais, sob a desculpa do "perigo comunista (...) usada para justificar a repressão"[11] o governo militar permitiu acesso a vários itens sociais. As reivindicações relacionadas aos veteranos de Suez estão vinculadas ao desligamento da instituição militar sem amparo e aos problemas de saúde gerados pelo stress pós traumático em alguns militares, aliado ao aspecto de desvalorização da importância da missão executada.

Por outro lado, as características históricas das instituições brasileiras, sejam componentes do aparelho de Estado (elitismo[12], clientelismo[13], patrimonialismo[14], etc.), seja do Exército

---

6 A avaliação positiva da FEB por membros do Estado Maior do V Exército dos EUA na Itália pode ser encontrada em STARR, Chester G. *From Salerno to the Alps: a history of the fifth army* (1943-45). Washington, Infantry Journal Press. 1948.

7 "Nossa cidadania política está inconclusa, pois praticamos um jogo político-representativo quase na ausência das mulheres de seu cenário." MATOS, Marlise. *A "ausência" das mulheres na política e a cidadania incompleta*. Disponível em http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=17057&cod_canal=38 Acessado em 21/02/2012.

8 BELCHIOR, D. & ALVES, J. A. *Desconstruir o racismo e forjar uma utopia radical negra*. Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2146-artigo-mostra-a-persistencia-do-racismo-no-brasil-e-propoe-formas-de-supera-lo Acessado em 27/11/2011

9 PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J. & PINSKY, C. B. (org.) *História da Cidadania*. São Paulo, Contexto, 2010. Pg. 9.

10 "Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos". CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002. Pg. 9. Ou ainda ".. as características fundamentais da cidadania política no Brasil republicano são o seu caráter limitado e a sua instabilidade". In: SAES, Décio Azevedo Marques de. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. Estudos Avançados. 2001, vol.15, n.42, pg. 379

11 CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 160.

12 "O Estado é... onde se apura a chefia única, na cúpula da hierarquia administrativa, tende a esvaziar a direção da nação pelos órgãos colegiados, figurando como bom governante aquele que é bom provedor". In: FAORO,

(hierarquia[15], disciplina[16], etc.) igualmente conspiravam para obstaculizar qualquer processo mais radical tanto de reivindicação de novos direitos quanto de aplicação dos já existentes[17]. Os veteranos da FEB ao longo desse processo enfrentaram forte reação do Exército. No caso dos veteranos de Suez ele foi quase que completamente obstaculizado pela Ditadura Militar.

Para além de tudo isso, o sistema eleitoral e o processo legislativo também teriam conspirado contra o sucesso das políticas de reintegração social dos ex-combatentes. Por se constituírem em um efetivo reduzido a pressão eleitoral dos veteranos de guerra ou das forças de paz seria negligenciável. No processo legislativo teriam sido grandes as dificuldades tanto para eleger representantes dos seus interesses, quanto para pressionar os legisladores a abraçar sua causa[18].

Uma breve revisão da literatura disponível sobre o tema em nível internacional permite compreender a importância do exame dessas variáveis. O surgimento dos primeiros estudos acadêmicos sobre a história dos processos de reintegração social de ex-combatentes e ex-integrantes de forças de paz foi decisivamente favorecido pelo impacto das duas guerras mundiais que

---

Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Editora Globo, 1986. P.265

13 "De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto". In: CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados, vol. 40, no. 2, Rio de Janeiro, 1997. Pg. 2.

14 "O uso do termo "patrimonialismo" nas ciências sociais tem sua origem nos trabalhos de Max Weber, e foi utilizado para caracterizar uma forma específica de dominação política tradicional, em que a administração pública é exercida como patrimônio privado do chefe político. Mas ela remonta à diferença estabelecida por Maquiavel entre duas formas fundamentais de organização da política, uma mais descentralizada, do "Príncipe e seus barões", e outra mais centralizada, do "Príncipe e seus súditos". No seu uso mais recente, o termo "patrimonialismo" costuma vir associado a outros como "clientelismo" e "populismo", por oposição ao que seriam formas mais modernas, democráticas e racionais da gestão pública..." In: SCHWARTZMANN, S. *Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão publica na formação da América Latina Contemporânea.* Disponível em http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf Acessado em 15/09/2011.

15 "Na vida militar, a hierarquia é muito mais rígida, mais bem delineada que em outros lugares, uma vez que é capaz de se expressar em momentos em que o valor da individualidade é invocado, pela valorização de cada uma das patentes e não pelo nível pessoal. Todos são submetidos a uma mesma regra disciplinar, obedecem a um mesmo comando escalonado, e apesar de se reconhecerem como iguais perante a instituição militar, estão criando e organizando a diferença entre os indivíduos" THOMAZI, R. L. M. *A hierarquia e a disciplina aplicada as instituições militares: controle e garantias no regulamento disciplinar da Brigada Militar*. Dissertação de Mestrado em Direito, UCRS, 2008. Pg. 128.

16 Mesmo considerados pilares da vida militar, ainda assim se verificaram ao longo da história, embora raras, as contestações à hierarquia e a disciplina: "(A) fundação da Associação de Praças do Exército Brasileiro (APEB), em julho de 2000, em Pernambuco. A associação havia sido fundada no sentido de lutar pelos direitos das praças do Exército, contra as arbitrariedades e abusos cometidos pelos seus superiores, sob o manto da hierarquia e da disciplina". In: RODRIGUES, Everton Gustavo. *A Contenda das Divisas sem Butim: Eixos de Massa e Distinção Social na Socialização Militar do Exército Brasileiro (1994-2004).* Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=190 Acessado em: 22/08/2011

17 FERRAZ, F. C. A. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V. & KRAAY, H. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004. Pp. 365-388.

18 Evidências contrárias apareceram pela primeira vez em REHBEIN, Mauro Pioli. Curitiba, *50 anos de eleições municipais. As forças políticas que nas democracias e no governo militar disputam o poder*. Dissertação Mestrado em Sociologia. Curitiba, 2008

assolaram o planeta no século passado[19]. A continuidade quase ininterrupta de conflitos de menores proporções, mas igualmente letais, associados à conjuntura da descolonização[20], Guerra Fria[21] e Guerra ao "terror"[22] contribuíram para manter aceso o interesse dos pesquisadores de nível universitário sobre o assunto[23]. Em particular nos EUA, a prolongada Guerra do Vietnã (1961-73) e seu fluxo constante de ex-combatentes, teve enorme importância para estes estudos[24].

O caso dos ex-combatentes das duas guerras mundiais foi objeto de extensa produção e legou e tem legado vasta bibliografia. Neles o foco é no impacto da reintegração dos ex-combatentes na cultura e na política do contexto pós-guerra, com referência a diferentes cenários nacionais. Os casos da Primeira Guerra Mundial, Guerra Civil Espanhola, Segunda Guerra Mundial e Guerra do Vietnã são os que tem recebido dos pesquisadores maiores atenções.

O impacto da Primeira Guerra Mundial – originalmente conhecida como "Grande Guerra" – nos estudos acadêmicos é fácil de entender. Além de ter sido a maior de todas guerras na História da Humanidade até então, em diversos casos nacionais (Grã-Bretanha, França, Itália) foi também a que causou o maior número de baixas, não perdendo em importância nesse quesito nem para a posterior Segunda Guerra Mundial, sendo que esta soma um total de mortos e feridos muito maior.[25] O número de ex-combatentes está, naturalmente, na proporção direta do maciço recrutamento empregado por todos lados em luta. Para além da importância demográfica, os ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial também atraíram interesse pelo seu impacto político,

---

19 FERRAZ, Francisco César Alves. *As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 28, n. 56, 2008 .

20 KRIGER, Norma J. *Guerrilla veterans in post war Zimbabwe: symbolic and violent politics* (1980-1987). Disponível em http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam033/2002031404.pdf Ver também: PROST, A. The algerian war in french collective memory. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) *War and remembrance in the twentieth Century*. Cambridge Univesity Press, 2000. Pp. 161-176

21 DUCLOS Nathalie (org.) *War veterans in post war situations: Chechnya, Serbia, Turkey, Peru, and Côte d'Ivoire*. Palgrave Macmilian, 2012.

22 DEMERS, Ane. *When veterans return: the role of community in reintegration*. In: Journal of loss and trauma. 16:160-179. 2011 onde é analisado o caso dos veteranos da OTAN na atual Guerra do Afeganistão. O caso dos veteranos da atual Guerra do Iraque é analisado em ANDERSON, Beverly J. *Reintegration & Readjustment Program For Iraqi Veterans: for officers returning from the war in Iraq.* Disponível em http://www.giftfromwithin.org/html/Police-returning-from-War.html Acessado em 29/02/2012

23 Além do publico acadêmico também entidades governamentais e organizações multilaterais tem produzido extensa bibliografia sobre o assunto, como por exemplo: *Socio-economic reintegration of ex-combatants*. Organização Mundial do Trabalho, Genebra, 2009. p. 165. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/documents/instructionalmaterial/wcms_141276.pdf Acessado em 29/02/2012. Ver também: PERL, Libby. *Veterans and Homelessness*.Congressional Research Service. Congresso dos EUA, 2012, 45 p. Disponível em http://www.fas.org/sgp/crs/misc/RL34024.pdf Acessado em 29/02/2012.

24 The Vietnam War and Its Impact - American veterans. In: *Encyclopedia of the New American nation*. Disponível em: http://www.americanforeignrelations.com/O-W/The-Vietnam-War-and-Its-Impact-American-veterans.html#b Acessado em 03/03/2012. Ver também FREY-WOUTERS, Ellen & LAUFER, Robert S. Legacy of a War: The American Soldier in Vietnam. M.E. Sharpe, 1986. 434 p.

25 Talvez a melhor interpretação disponível sobre o impacto da Grande Guerra na História Cultural dos países avançados seja o trabalho de WINTER, J. *Sites os memory, sites os mourning: the great war in European Cultural History.* Cambridge University Press, 1995. 309 p.

absolutamente sem paralelo[26]. Seja em organizações de direita na Itália, Alemanha, etc. ou de esquerda como na Rússia, os ex-combatentes estavam no centro mesmo das transformações políticas de seu tempo, tanto como causa quanto como consequência destas. Sobre esse último aspecto da questão a literatura disponível é volumosíssima e parece crescer ainda mais a cada ano[27].

A Segunda Guerra Mundial encontrou a maioria das nações que participou da Grande Guerra preparadas, pelo menos em algum grau, para uma nova e gigantesca leva de ex-combatentes ao fim do conflito. Naturalmente, as providências necessárias para acolher o veterano de guerra eram muito mais fáceis de serem implementadas nos países que venceram a guerra (novamente, os "Aliados") do que naqueles que a perderam (conhecidos como o "Eixo")[28]. Isso não exclui a ocorrência de uma série de tensões e conflitos, mesmo em processos de reintegração social de ex-combatentes tidos como amplamente exitosos, como foi o caso dos EUA[29].

Uma das preocupações centrais dos pesquisadores tem sido compreender a relação entre o contexto institucional interno a cada nação, o estatuto de cidadania vigente e a relação que cada cultura nacional mantém com a história e a memória das guerras. O caso soviético, por exemplo, parece constituir um fracasso precisamente por estas razões. Sob a ditadura stalinista, num contexto onde os direitos civis eram fracamente respeitados ou sequer existiam, e com as urgências da reconstrução nacional e do rearmamento para encarar a Guerra Fria (1945-1991), os veteranos de guerra se viram rapidamente nivelados à massa dos cidadãos soviéticos, com os mesmos encargos e responsabilidades[30]. A história oficial da guerra imposta à sociedade soviética enfatizou durante muito tempo os méritos da pessoa de Stalin[31] na vitória contra a Alemanha Nazista, esvaziando o prestígio dos militares e civis, singulares ou comuns, que travaram aquele longo e desesperado conflito. Até mesmo vários dos cemitérios militares soviéticos foram destruídos em grandes obras de infraestrutura, por um governo que não tinha interesse na preservação da memória dos mortos[32], cuja quantidade real, aliás, se esforçou durante muito tempo em ignorar[33].

---

26 KEEGAN, J. *História ilustrada da Primeira Guerra Mundial.* Rio de Janeiro, Ediouro, 2003. 493 p.

27 Ver a título de exemplo: HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p. 128.

28 DIEFENDORF, J.M. & FROHN, A. *American Policy and the Reconstruction of West Germany,* 1945-1955. Cambridge University Press, 1993**.** 537 p. Ver também: DIEHL, James. *The thanks of the fatherland: german veterans after the second world war.* University of Carolina Press, 1993.

29 VAN HELS, Mark David. *To hear only thunder again: America's World War II veterans come home*. Lexington Books, 2001. 271 **p.**

30 EDELE, Mark. *Soviet Veterans of the Second World War: A Popular Movement in an authoritarian society*, 1941-1991. Oxford University Press, 2008. 336 p.

31 VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004. 2º. Vol. p. 520.

32 MERRIDALE, C. War, death and remembrance in Soviet Russia. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) *War and remembrance in the twentieth Century*. Cambridge Univesity Press, 2000. Pp. 61-83.

33 PHILLIPS, Sarah D. *"There Are No Invalids In The USSR!": A Missing Soviet Chapter In The New Disability History.* In: Disability Studies Quarterly. Vol 29. Num. 3, 2009.

O fato da URSS ter passado por uma guerra civil ou, no caso de ter sido derrotado numa guerra externa, também tem sido levado em conta nesses estudos. O grau de institucionalização das políticas públicas voltadas para a reintegração social do ex-combatente tem uma relação direta e demonstrável com cada uma destas questões. A Guerra Civil Espanhola, tida como a mais cruenta da História Humana, legou milhões de ex-combatentes, mas somente os que lutaram pelo lado vencedor (Franquismo) é que receberam algum amparo do Estado Nacional Espanhol, situação que só será revertida – e mesmo assim parcialmente - com a redemocratização daquele país[34].

No Brasil o tema ainda desperta pouco interesse entre os pesquisadores, o que não deixa de ser surpreendente. Embora seja amplamente reconhecido o impacto da Guerra do Paraguai sobre a mudança no padrão de atuação política do exército[35], pouco ou nada se sabe – por exemplo - sobre as implicações políticas e sociais mais amplas do processo histórico de reintegração social dos seus ex-combatentes[36]. Informações esparsas podem ser colhidas em diferentes obras, mas estas geralmente estão focadas nas transformações políticas e sociais que estão ocorrendo tanto na instituição militar quanto no perfil dos indivíduos que a integram[37]. Ainda é em boa medida desconhecido o destino da grande massa de dezenas de milhares de cidadãos brasileiros que lutou nesse que é, até hoje, a maior de todas as guerras travadas pelo país. Contudo, existe um relativo consenso na literatura disponível sobre o caráter socialmente injusto e politicamente ruinoso do abandono mais ou menos geral a que foram relegados os ex-combatentes da Guerra do Paraguai.

A série de conflitos internos ocorridos no país durante a primeira fase do regime republicano não produziram apenas dezenas de milhares de vítimas, mas também um número equivalente de ex-combatentes. Também não se conhece nenhum trabalho dedicado especificamente sobre o tema, embora seja possível encontrar publicações com informações esparsas a respeito. O fato de um veterano de Canudos ter tentado assassinar o Presidente da República, ou que as atuais favelas cariocas tenham tido origem no abandono puro e simples de grande massa de ex-combatentes, recrutados em todo Brasil, na cidade do Rio de Janeiro são apenas alguns dentre tantos indicadores da relação entre natureza e conteúdo da (não) cidadania então vigente e as feições que assumia o processo de reintegração social dos ex-combatentes àquela época. De fato, não apenas aos

---

34 AGUILAR, Paloma. Agents of memory: Spanish Civil War veterans and disabled soldiers. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) *War and remembrance in the twentieth Century*. Cambridge Univesity Press, 2000. Pp. 84-103.

35 Veja-se, por exemplo COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Editora Hucitec, 1996. 333p.

36 Uma exceção é o trabalho GOMES, Marcelo Augusto Moraes. "*A espuma das províncias": um estudo sobre os inválidos da pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria na Corte* (1864-1930). Tese Doutorado História USP, 2006.

37 Mesmo um trabalho extenso, abrangente e detalhista sobre aquele grande conflito como DORATIOTO, F. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002. 617 p. traz pouquíssimas informações sobre o assunto.

indivíduos das classes mais baixas era imposto o ônus de defender a pátria no campo de batalha, mas a eles eram negados quase que totalmente o amparo do Estado ao fim do conflito[38].

Em tempos recentes o tema da reintegração social dos ex-combatentes da II Guerra Mundial tem chamado a atenção dos pesquisadores em proporções crescentes. Além de se tratar de um conflito que legou um número significativo de ex-combatentes, dentre estes se encontram quadros importantes da política partidária e institucional. A história e a memória dos eventos relativos à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tem reconhecidamente um impacto substancial na cultura política do pós-guerra e isso tem ajudado a atrair o interesse dos pesquisadores para o tema da reintegração social dos ex-combatentes[39].

A dissolução da FEB antes mesmo do retorno ao Brasil foi devido a ter tida tomada como politicamente suspeita pelo regime político vigente, fato que tem despertado o interesse dos historiadores em tempos recentes. O papel da FEB na derrubada de Vargas em outubro de 1945 sempre foi objeto de debate entre os historiadores da política. Muito menos atenção recebeu o estudo das biografias políticas dos veteranos de guerra no período populista, embora recentemente isso tenha começado a mudar[40]. Já os nexos entre a FEB e o golpe militar de 1964 tem merecido desde sempre a atenção dos pesquisadores acadêmicos, analistas políticos e cineastas. Também a pesquisa sobre a trajetória histórica das associações de ex-combatentes tem merecido atenção dos pesquisadores.[41] Em contraste, o estudo do processo de reintegração social dos veteranos do Batalhão Suez ainda se encontra em estágio bem preliminar.

---

38 Pode-se encontrar algumas informações sobre o assunto em MCCANN, F. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro* (1889-1937). São Paulo, Cia. Das Letras, 2007. 706 p.

39 O trabalho pioneiro e até hoje o mais importante sobre o assunto é FERRAZ, op. cit. O autor também é orientador de pesquisas sobre o tema, como as apresentadas no II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira – II SESFEB, realizado em Curitiba/PR em 2011: Carlos Henrique Lopes Pimentel - A Associação de Ex-Combatentes do Brasil: O Conflito ideológico e a Esquerda Militar (1945-1950); Renata Viana - Os ex-combatentes civis da Força Expedicionária Brasileira e a difícil retomada da vida anterior a guerra. Disponíveis em http://iisesfeb.blogspot.com.br/2011/04/propostas-de-comunicacao-de-trabalhos.html Acessado em 14/04/2011. Em todos esses trabalhos a principal base empírica são depoimentos orais ou publicados de ex-combatentes, cuja quantidade pode variar de um máximo de 46 em FERRAZ, op. cit. A apenas dois como em FERRAZ, F. C. & LOCASTRE, A. V. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. In: *Militares e Política*, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 81-98.

40 Oficiais de alta patente da FEB com envolvimento político-partidário tiveram há tempos publicadas biografias e auto-biografias, mas tal fato parece se dever muito mais à importância da atuação política do que do papel desempenhado na Campanha da Itália. DULLES, J. W. F. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Prefácio de Roberto Campos. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979. CAMARGO, Aspásia & GOES, Walder de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. ABREU, H. *O outro lado do poder.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

41 NASS, Sirlei de Fátima. *Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses.* Dissertação Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, 2005. Ver também: AMARAL, Maria do Carmo *Museu do Expedicionário: um lugar de memórias*, Universidade Federal do Paraná, Dissertação Mestrado em História, 2001. SILVA, Marcio Pinheiro aparecido da. *Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: memórias e identidades de ex-combatentes no sul de Mato Grosso*. Monografia de Conclusão de Curso. UFMS, 2011.

Recrutamento e dissolução da FEB e do Batalhão Suez e suas implicações

Já fizemos menção à forma pela qual foi dissolvida a FEB e o Batalhão Suez e, embora não seja esse o foco do presente texto, cabem também menções ao tipo de recrutamento de ambos efetivos. O fato a ser sublinhado aqui é que se tratavam de efetivos recrutados majoritariamente no mundo civil, incluindo ai reservistas com tempo de serviço obrigatório (SMO) concluído. Poucos militares da ativa, geralmente aqueles que ocupavam posto de oficiais, tomaram parte seja na FEB, seja no Batalhão Suez.

Para o Batalhão Suez era pré-requisito serem reservistas com recente cumprimento do Serviço Militar Obrigatório. O primeiro contingente enviado foi formado de soldados já incorporados e que estavam prestando tal serviço. Após os seis primeiros meses foi feito um rodízio e adotou-se um sistema de convocações de reservistas com recente cumprimento do SMO, ou seja, com experiência. Deviam ser indivíduos que não tiveram alterações disciplinares. Priorizava-se participantes da Polícia do Exército ou outras tropas de elite e especiais. A regra geral utilizada para a missão substituía semestralmente metade do efetivo, de maneira que cada grupo permanecia um ano na área. No início, muitos foram conduzidos ao Oriente Médio em navios de transporte de tropas da Marinha. A viagem demorava mais de quarenta dias. Posteriormente o deslocamento ao Mediterrâneo de alguns contingentes brasileiros foi feito pela Força Aérea Brasileira (FAB) em aviões de transporte de tropas.

Percebe-se que a atuação em missões internacionais expedicionárias e a identidade dos veteranos com a ONU vinculada ao Exército Brasileiro conferem certo prestígio aos ex-participantes e despertam a curiosidade, o interesse e por fim a valorização por parte da comunidade em geral. Alguns documentos do Arquivo Histórico do Exército são cartas de recomendação de superiores para soldados e oficiais que seriam analisados para composição do III Btl./2 º R. I., o Batalhão Suez. A partir de determinado período passou-se a exigir o documento obrigatoriamente para entrada no procedimento de recrutamento.

Apesar do caráter de voluntariado havia uma procura por indivíduos mais capacitados, assim como havia imenso interesse por parte dos praças em serem escolhidos e enviados ao Oriente Médio. Veteranos entrevistados afirmam terem desejado demasiadamente embarcar para uma missão militar brasileira no exterior, sendo que dois outros motivos apareceram freqüentemente em nossas fontes: a viagem a um país estrangeiro e a promessa de um salário melhor.

Quanto aos salários serem maiores, na verdade os ganhos das patentes mais baixas eram modestos, porém superiores aos praticados no Brasil. Os soldados recebiam 108 dólares americanos (US$) por mês, os cabos ganhavam US$ 187, sargentos US$400 e oficiais tinham o salário de

US$1.000. Além disso, havia uma ajuda de custo do governo egípcio de 11 libras egípcias por semana, equivalente à US$27, além de cigarros e outros produtos que eram fornecidos de modo gratuito às tropas.

Tais dados fazem surgir críticas ao tratamento diferenciado recebido pelos oficiais em relação aos demais soldados.[42] Como se percebe, os oficiais poderiam acumular boa parte do soldo ganho como Boina Azul da ONU, tendo em vista o valor do dólar na época. Cem dólares americanos em 1956 equivaleriam a cerca de dois salários mínimos brasileiros. O recruta brasileiro na época recebia pouco menos de um salário mínimo, o que tornava economicamente atrativo o embarque para Suez. Em comparação e tratando dos ganhos econômicos, encontramos a menção de que os soldados canadenses eram os mais bem pagos em Suez, ficando os brasileiros em segundo lugar.[43]

A Força Expedicionária Brasileira foi criada pelo Decreto-lei nº 6.018-A de 23 novembro de 1943. Planejada inicialmente para ser formada por três divisões de infantaria (DI), acabou sendo composta apenas pela 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária. Os órgãos que deveriam compor essa 1ª. DI, em especial seus três Regimentos de Infantaria, estavam por ocasião da incorporação à FEB muito abaixo dos seus efetivos, alguns contando com menos da metade do pessoal previsto nas suas tabelas de organização que, de qualquer forma, era composto majoritariamente de convocados para um ano de serviço militar. Um intenso mas mal sucedido processo de convocação para o serviço em tempo de guerra conseguiu fazer exames médicos em mais de 100.000 indivíduos, resultando em pouco mais de 25.000 selecionados. Embora a proporção de militares da ativa que compuseram a FEB ainda seja motivo de controvérsias, parece claro que a vasta maioria de seus integrantes veio mesmo diretamente do meio civil. Mesmo nos postos de oficiais subalternos havia uma maioria de convocados civis.

Foram intensas e generalizadas as fugas à convocação para lutar na Segunda Guerra Mundial, tanto do pessoal da ativa quanto dos recrutados. É revelador dessa situação o comentário do chefe do Estado-Maior da FEB sobre o envio do primeiro contingente da FEB à Itália: "a bordo do navio só estavam os que não conseguiram escapar".[44] Nem mesmo a triplicação dos vencimentos dos convocados para a FEB pôde alterar a quase geral recusa à incorporação ao seu efetivo.[45]

A criação do Batalhão Suez ocorreu pelo Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro de 1956, em que o então presidente da república Juscelino Kubitschek de Oliveira autorizou o envio de um contingente militar, um Batalhão, "para formação ou integração da Força Internacional de

42 BARROS, Fernando Correa de. *Na fronteira das ilusões.* 1º ed. Porto Alegre: FCB Consult, 1998, p. 77.
43 DOURADO, Joaquim de Jesus. *Oriente Médio: Batalhão Suez.* Petrópolis: Vozes, 1963. p. 51.
44 BRAYNER, F. L. *A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de estado-maior na campanha da Itália*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Pg. 88.
45 CASTELO BRANCO, M. T. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro, Bibliex, 1960. Pg. 335.

Emergência"[46], O Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, determinou que o Comandante da 1ª Divisão de Infantaria ativasse o 2º Regimento de Infantaria (2º RI) e apresentasse tropas para embarque rumo a Missão Suez.[47] Foi designado o Terceiro Batalhão daquele regimento (III/2º RI). O fim do Batalhão Suez se deveu ao pedido de retirada da força da ONU feito pelo presidente egípcio, imediatamente antes da eclosão da Guerra dos Seis Dias (1967).

O destino dos membros da FEB e do Batalhão Suez também foi semelhante. Uma vez retornados ao Brasil os indivíduos engajados com base na obrigatoriedade de prestação de um ano de serviço militar obrigatório foram prontamente dispensados, devolvidos ao mundo civil às pressas e para sempre. No caso dos Boinas Azuis de Suez tratavam-se de voluntários, mas da mesma forma foram selecionados e treinados rapidamente, rumando para o Egito com pouco preparo, mal informados sobre a missão e deparando-se com um ambiente hostil e distinto. Em nenhum dos dois casos se cogitou de incorporar permanentemente ao efetivo – ou sequer reengajar por mais um ano para fins de transferência da experiência acumulada aos recém-chegados – aqueles que retornavam do exterior. Perdia dessa forma o Exército Brasileiro oportunidades valiosas de modernizar seus métodos e formas de atuação, fosse para a guerra moderna[48], fosse para o exercício de funções afetas as forças de paz. É significativo que tenha sido necessário o prolongado e intenso impacto da atuação do nosso exército na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti ou MINUSTAH (Mission des Nations Unies pour l´astabilisation en Haïti), iniciada em 2004 e que se arrasta até nossos dias, para ser adotado o princípio de que os efetivos que seguirão em direção àquele país sejam treinados pelos indivíduos que retornam de suas missões. [49]

O contexto político vigente também contribuiu para criar obstáculos tanto para as reivindicações dos veteranos da FEB quanto do Batalhão Suez. A FEB foi criada pela ditadura Vargas (1943), extinta antes mesmo do seu retorno ao Brasil, e seus ex-membros foram fortemente enquadrados pelo Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, em particular no que se refere à proibição dos veteranos comentarem ou publicarem suas experiências nos campos de batalha da Itália. Dutra, aliás, seria o candidato da situação à sucessão de Vargas, e o principal interessado na neutralização política dos ex-febianos, tidos como potencialmente perigosos de um ponto de vista político.

---

46 BRASIL. Decreto Legislativo n º 61/56. Autorização do Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência em 22 de novembro de 1956. Brasília: Senado Federal, 1956.

47 BRASIL. *O Exército na História do Brasil*. Biblioteca do Exército. Salvador, BA: Odebrecht, 1998. (CD-ROM).

48 FARIAS, Cordeiro de; CAMARGO, Aspásia; GÓIS, Valder de. *Meio século de combate, diálogo com Cordeiro de Farias.* Documento secreto norte-americano sobre a inconveniência da desmobilização da FEB no Brasil – 6 abril 1945. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, pp. 660-661.

49 http://www.exercito.gov.br/web/guest/ccopab

Já o retorno do último contingente do Batalhão Suez se deu em um contexto de aprofundamento do autoritarismo que vinha sendo imposto ao país pela Ditadura Militar (1967). Para além do regime político vigente ser desfavorável tanto ao culto à memória desses eventos militares, quanto a organização política dos veteranos, devemos levar em conta também o processo histórico de construção da cidadania no Brasil, até hoje incompleto.

A dissolução do Batalhão Suez ocorreu em circunstâncias dramáticas. Em 1967 o conflito árabe-israelense era uma possibilidade perigosa para as tropas brasileiras. Consta que anteriormente ao conflito o Ministro da Guerra teria concordado com a retirada das tropas brasileiras da região, mas a decisão foi barrada pelo Itamaraty. Fato é que o previsto pelo chefe do estado-maior do Exército na ocasião, General Floriano de Lima Brayner, aconteceu. Segundo ele:

> "A nada atenderam. Em junho de 1967 estourou, de fato, o violento conflito entre Israel e o Mundo Árabe. Todas as unidades da UNEF abandonaram da noite para o dia. Nosso Batalhão, de boa fé, não se moveu, por ordem do Governo. Tropas de Israel atacaram nossa Unidade, causando-lhes baixas e submetendo-a a humilhações, até ser evacuada. Entre os sacrifícios impostos ao Batalhão, após a triste aventura, verificou-se a destruição (sic.) e a reforma de seu Comandante. E tudo isso porque um veemente Relatório do Chefe de Estado Maior do Exército foi desacatado por outros interesses subalternos. A verdade é que, daquele episódio, saímos arranhados. E o Batalhão Suez, sem dúvida, não foi o Guardião das tradições da FEB. Voltou ao Brasil silenciosamente"[50]

A mídia na época relatou as movimentações de tropas e eminências dos combates, bem como noticiou as agitações na ONU, com informações atualizadas e divulgadas, principalmente entre os órgãos internacionais e de relações exteriores. No caso das informações sobre o ocorrido estarem certas, a gravidade da situação estava no desconhecimento por parte das autoridades brasileiras a respeito do destino e localização das tropas brasileiras passados quinze dias da extinção da UNEF I, com vários pedidos de repatriação.

A dificuldade nas comunicações após a extinção da Força por certo aumentaram as adversidades enfrentadas pelos militares, devido a falta de perspectiva diante da movimentação de tropas que formavam um sanduíche com o restante das tropas de paz. Na ocasião houve a informação de que o governo da Itália colocara à disposição do Brasil quatro aviões Hércules C-130 da Força Aérea Italiana para apoiar a evacuação, oferta não aproveitada e que solucionaria o problema em poucas horas.

Analisando a situação em conjunto com outras fontes, percebemos que uma soma de erros parece ter ocorrido: atrasos, despreparos, apatias diante da situação difícil, problemas burocráticos e diplomáticos comuns ao Itamaraty, falta de informação e comunicação, etc.. Fato é que os brasileiros localizados na zona de guerra, juntamente com os indianos, iugoslavos e noruegueses,

[50] BRAYNER, *Luzes sobre memórias*..., op. cit., p. 209.

passaram por situações delicadas e experimentaram o descaso futuro ainda em campo de atuação. Um brasileiro morreu e dois ficaram feridos, totalizando 15 servidores da ONU mortos pelos combates na ocasião. Outros relatórios da missão, depoimentos de veteranos da força de paz e fotografias tiradas no momento dos ataques confirmam os bombardeios em instalações da ONU. As tropas brasileiras que passaram pela situação foram transferidas para a região de El Arish, onde permaneceram até o outro dia "sob custódia" as forças armadas de Israel (IDF). Após liberados, retornaram às instalações do campo e constataram que parte das bagagens foi saqueada.[51]

Um veterano brasileiro que vivenciou os eventos afirma que o oficial da IDF justificou a ação por confundir as tropas da força de paz. A mesma versão traz os brasileiros sendo resgatados pelos israelenses até um local seguro e transportados até a Ilha de Chipre para união com outras tropas brasileiras.[52] Para Israel a justificativa é a necessidade de evacuação das tropas com a necessidade do desarmamento dos soldados e da custódia do batalhão. No caso das acusações sobre os pertences extraviados, há a afirmação - compartilhada por alguns veteranos - de que teriam sido saqueados por populações locais.[53]

Israel avança tornando impossível a saída dos locais em que estavam abrigados os soldados brasileiros e indianos durante dois dias e duas noites de batalhas quando assistem ao bombardeio entre Israel e Egito, com intensa movimentação de carros de combate, tiros atingindo as instalações e alguns soldados, envolvendo-os em violentos confrontos. Relatórios oficiais apontam para veículos da Força totalmente destruídos e colunas de blindados agindo próximos das tropas da UNEF I,[54] além de intensa atividade de forças aéreas na região.

A morte do cabo brasileiro Carlos Adalberto Ilha de Macedo repercutiu como principal problema que vinculou os atrasos da retirada com a violência israelense. A perda do companheiro em uma situação como esta tornou a situação ainda mais complicada de ser enfrentada pelos militares. Somente no dia 12 de Junho de 1967 o Batalhão Suez embarcou para retorno ao Brasil. A escala foi feita na Ilha de Chipre, onde parte da tropa brasileira estacionada em Port Said havia sido evacuada, juntamente com parte de um destacamento precursor que havia saído de Rafah Camp anteriormente.

---

51 ZOUAIN FILHO, Stans. *Histórias de Suez: aventuras de nossos soldados*. Vitória, Edição do Autor, 2003. p. 207.

52 FREIRE, Manuel Wagner de Araújo. *A participação do 20 º contingente do Batalhão Suez na Guerra dos Seis Dias*. Acesso em 28 nov. 2003. Disponível em: http://www.batalhaosuez.com.br

53 NETTO, Haroldo Carvalho. Entrevista ao Projeto de História Oral do Exército nas Operações de Manutenção da Paz. PHOEx Op Mnt Paz. Coordenadoria de História Oral do Exército. Diretoria de Assuntos Culturais. Departamento de Ensino e Pesquisa. Exército Brasileiro. Ministério da Defesa. Rio de Janeiro, 11 abr 2005.

54 BATALHÃO SUEZ. Força de Emergência das Nações Unidas. (FENU) III/2º Regimento de Infantaria "Batalhão Suez". Ten Cel Cmt do III/ 2º RI. Wilson Figueroa Nepomuceno da Silva. Aditamento ao Boletim Interno n º 111. Acantonamento em Rafah, Egito, Em 22 de maio de 1967.

Após o fim da missão do Batalhão Suez vemos algumas notícias em periódicos informando o retorno, a chegada, os dramas vividos e o próprio conflito em si.[55] O silêncio impera a partir de então sobre o ocorrido com as tropas do Batalhão Suez. Vivia-se no Brasil o período inicial dos chamados anos da Ditadura Militar no Brasil, com a extinção dos partidos políticos existentes e o fim da eleição direta para os mais importantes cargos públicos, além do exercício constante da censura aos órgãos de imprensa. Segundo documentação vasta a respeito e vozes de alguns veteranos nas entrevistas, eram censuradas reuniões em associações do tipo que se pretendia formar. Alguns veteranos afirmam ter recebido instruções para não comentarem sobre a missão, pois foram proibidos de dar entrevistas de qualquer natureza, semelhantemente ao ocorrido na desmobilização da FEB. Durante a vigência do governo militar, dados sobre missões como essa eram controlados pelo regime.

O significado do processo de organização dos veteranos da FEB e do Batalhão Suez

Importante observar que algumas fontes e boa parte da literatura mencionam o termo "pracinha" para designar os soldados brasileiros enviados ao Oriente Médio. Trata-se de uma denominação do militar engajado na FEB, porém parece ter sido adotada pela instituição maior e pelos discursos comuns como um termo denominador de qualquer indivíduo que participe de uma força expedicionária, como um termo relativo ao cargo de "praça", geralmente o soldado comum, que durante a II Guerra Mundial recebeu o diminutivo, cujas conotações e interpretações de alguns estudiosos e especialistas sobre a FEB atestam o sentido do termo ao mesmo tempo carinhoso, pejorativo e desvalorizador.

O processo histórico de organização dos veteranos da FEB iniciou-se logo após o fim da guerra. Recebidos com festas e aclamados como heróis, foram em sua quase totalidade imediatamente dispensados do exército, sem sequer terem passado por exames médicos e psiquiátricos. Foram de uma hora para outra devolvidos à vida civil por um governo que, pelo seu passado de identificação com o nazi-fascismo, temia a ação política de indivíduos com experiência direta de combate contra a barbárie de Hitler e Mussolini. Os receios de Vargas, e de Eurico Gaspar Dutra seu ex-Ministro da Guerra (1937-45) e candidato à sucessão, eram infundados. Por um lado, depois de terem passado um ano no exterior, os ex-combatentes estavam quase que completamente à margem do debate público sobre o fim da ditadura e as próximas eleições presidenciais. Por outro, a prioridade era voltar para casa, matar a saudade da família e dos amigos, rever sua terra e entes

[55] FOLHA DE SÃO PAULO. Amplia-se a Guerra: israelenses tomam a Faixa de Gaza. São Paulo: 6 jun. 1967.

queridos. O imediato envolvimento político-partidário só despertou o interesse de uns poucos veteranos de guerra[56].

A fim de evitar ao máximo o perigo da arregimentação dos ex-combatentes por parte dos partidos e movimentos políticos que lhes faziam oposição, Dutra e Vargas dissolveram a FEB antes mesmo dela começar a retornar ao Brasil. A tropa foi desengajada o mais rapidamente possível, feito o acerto financeiro e dispensada. Aos militares de carreira foi reservado um destino humilhante: ser deslocado para guarnições diferentes das que ocupavam ao serem incorporados para a FEB, geralmente muito distantes. A todos foi ordenado que dispensassem o uniforme e distintivos em uma semana. Até mesmo as comemorações dos feitos da FEB nas instituições militares ficaram durante muito tempo proibidas.[57]

As consequências da rápida desmobilização não demoraram a aparecer. O dinheiro que tinham logo acabou e os veteranos descobriram várias coisas: que seus antigos empregos estavam ocupados por outros; que suas habilidades militares não tinham qualquer valor no mundo civil; que várias leis estavam sendo criadas para beneficiá-los, mas das quais ele raramente tinha conhecimento; que ninguém conseguia entender como ele fora afetado pela experiência da guerra; que tinha adquirido ferimentos e doenças em campanha que foram negligenciados ou ignorados na sua dispensa do exército; e, no caso dos que permaneceram no exército, que seu histórico de combate era motivo de ciúme, boicote, perseguição e inveja de colegas que ficaram no Brasil durante a guerra e temiam serem ultrapassados nas promoções. E assim, sucessivamente, descobriram-se na condição de soldados que foram traídos pelo seu próprio país.[58]

A reação a este estado de coisas foi a criação de várias entidades representativas dos ex-combatentes por todo Brasil. Data de outubro de 1945 a criação da primeira associação de ex-combatentes, no Rio de Janeiro (RJ), a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB). A partir daí foram se disseminando, tanto com abrangência local quanto regional, as diversas entidades representativas dos ex-combatentes. Um episódio da mais alta relevância no início da história da entidade foi a disputa pelo seu controle, travada entre membros do Partido Comunista Brasileiro e oficiais da ativa do Exército, esses pautados por um assumido anti-comunismo:

> A (criação do) Conselho Nacional da AECB... tentou conciliar os lados opostos. Elegeu para seu primeiro presidente um veterano insuspeito de simpatias com o comunismo, o cabo da artilharia expedicionária Oswaldo G. Aranha, filho do ex-ministro Oswaldo Aranha. Seu vice era o aspirante a oficial e militante comunista Salomão Malina. Entre os membros do Conselho Nacional também haviam

56 FERRAZ, FG. C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira* (1945-2000). Londrina, Editora da UEL, 2012. Pg. 101-102.

57 FERRAZ, op. cit. pg. 144

58 OLIVEIRA, Dennison de. *Os soldados traídos do Brasil: o abandono dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a ação social da Legião Paranaense do Expedicionário*. Inédito, pg. 2.

> comunistas e não-comunistas. Esta composição heterogênea da chapa não duraria muito. Tanto dentro quanto fora da associação abundavam acusações de "práticas e pregações comunistas" no Conselho Nacional e em várias seções da AECB. Algumas associações, como a Legião Paranaense do Expedicionário, de Curitiba, se recusavam a filiar-se ao Conselho Nacional e participar das Convenções da AECB enquanto os comunistas estivessem com algum poder na AECB.[59]

A AECB permaneceu como a principal entidade representativas dos veteranos, até o início dos anos 1960. Na primeira metade dessa década foram promulgadas as célebres "leis da praia" que estendiam a várias categorias de profissionais civis e segmentos militares que não foram à Itália com a FEB os mesmos direitos que eram até então prerrogativas dos ex-febianos.

Uma vez que as "leis da praia" consideravam como ex-combatentes milhares de indivíduos que não combateram, os verdadeiros ex-combatentes não demoraram em serem inferiorizados em número nas suas próprias entidades representativas pelos "praieiros". Como reação a este estado de coisas surgiu em julho de 1963 no Rio de Janeiro o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália. Em 1969 a designação "Clube dos Veteranos" foi trocado por "Associação dos Veteranos da FEB (AVFEB)". Três anos depois a sigla da entidade mudaria para Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB). A nova entidade não demorou a disputar com a AECB a filiação das entidades locais e mesmo hoje em dia possui 41 seções por todo Brasil.[60]

Dentre as diversas entidades de alcance local e regional fundada pelos veteranos da FEB se destaca a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). O efetivo recrutado no Estado do Paraná para ser enviado à luta na Campanha da Itália somava 1.542 indivíduos, ou 6,61% do total[61]. Com a intensa migração interna para o Estado do Paraná durante o ciclo do café no segundo pós guerra, bem como graças ao crescimento urbano de sua capital, um número substancial de ex-combatentes que não eram naturais do Estado acabaram por se filiar à LPE, elevando o número de seus membros a cerca de 2.500 indivíduos, o que em números aproximados soma expressivos 10% do total de militares que o Brasil enviou à Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

A LPE surgiu menos de um ano após o fim da guerra, resultado da iniciativa de um reduzido grupo de veteranos da Campanha da Itália. Em sua maioria eram oficiais da ativa e da reserva do Exército, que haviam lutado ou atuado com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. O foco imediato da entidade desde seu início foi nas questões sociais e políticas envolvendo os veteranos da Campanha da Itália, a grande maioria dos quais foi abandonada à própria sorte pelo Governo Federal tão logo retornaram ao Brasil.

---

59 FERRAZ, op. cit. 298.
60 FERRAZ, op. cit. pg.216
61 MASCARENHAS DE MORAIS, J. B. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo, Progresso Editorial, 1947. P.304.

A assim chamada Casa do Expedicionário foi inaugurada em 15/11/1951 em Curitiba (PR). Sua construção foi resultado da iniciativa e determinação da LPE, e contou com o auxílio de órgãos públicos e privados, civis e militares, de entidades da sociedade civil, bem como de milhares de cidadãos da comunidade curitibana e de todo Brasil. Na sede própria da LPE quase todo espaço era ocupados por serviços sociais que oferecia aos veteranos de guerra, como atendimento médico, dentário, jurídico, administrativo, cultural, educativo, profissional, etc. Nada menos de dez cômodos no andar superior do edifício foram reservados para hospedar os ex-combatentes de outras cidades em trânsito pela Capital, geralmente em busca de atendimento médico. Pelo número de atendimentos, cerca de 840, que prestou aos ex-combatentes no período 1945-1960 a LPE se transformou numa das mais importantes entidades a participar do esforço de reintegração social dos veteranos da Segunda Guerra Mundial no Brasil e, como se percebe, numa referência importante para a ação organizacional dos ex-boinas azuis do Batalhão Suez no Paraná.

A experiência histórica dos ex-integrantes da FEB e suas formas de organização em associações, faz com que o exemplo motive algumas ações e estratégias dos Boinas Azuis. Após o retorno da missão na Segunda Guerra Mundial vários "febianos" que permaneceram vivendo no Paraná ou mudaram-se para o Estado, buscaram organizaram-se com objetivos de se associarem, conforme vimos, estabelecendo inúmeros contatos com instituições afins. As principais motivações neste caso estariam relacionadas ao desamparo aos veteranos e as uniões dos indivíduos em busca de soluções para problemas comuns decorrentes de tal realidade. Os veteranos de Suez, assim como outros grupos, ampliam e fortalecem suas instituições através das atividades aglutinadoras e da necessidade de unirem-se para reivindicações e reparações. A LPE torna-se um modelo pelos esforços nas negociações e conquistas que com paciência esperaram anos por algum amparo. Além disso, o contato entre as instituições e a integração de veteranos em alguns eventos colaborou para que se percebesse uma luta em prol de uma causa em comum.

No Brasil, militares de várias missões e expedições enviadas ao exterior ao retornarem sofrem com a falta de políticas públicas que atendam a estas necessidades. Participantes da FEB esperaram anos para serem atendidos na simples necessidade básica de amparo financeiro, sem contar o atendimento aos múltiplos e graves problemas de saúde gerados pela guerra. Após a redemocratização do país em 1988, a nova Constituição concedeu aos veteranos da FEB o direito de pensão e assistência médica em hospitais militares do país. Na ocasião, dos cerca de 25 mil expedicionários haviam aproximadamente 10 mil com vida.[62]

A situação econômica brasileira durante o período estudado teve altos índices inflacionários, salários mínimos baixos e inúmeros outros problemas. No caso de veteranos de missões de paz a

[62] FERRAZ, Francisco. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 70.

situação é pior para os que entendem que o Estado os deve algo ou que foram abandonados, sendo que o texto da lei que beneficia veteranos inclui apenas integrantes da FEB, caracterizados como ex-combatentes, agregando o pessoal militar e civil em serviço no território brasileiro (leis da praia) e os "soldados da borracha", igualando-os a categoria de oficial com pensão mensal e outros benefícios. Os soldados e cabos do Batalhão Suez ao retornarem do Egito foram desligados do Exército Brasileiro ao fim do serviço e alegam, em sua maioria, dificuldades para a reintegração social tendo em vista o descaso das autoridades em atendê-los em suas solicitações.

No Brasil, várias tentativas de incluir os veteranos brasileiros de Suez na folha de pagamento do Governo Federal como ex-combatentes reformados foram frustradas. Alguns processos legislativos tramitados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal foram arquivados. A idéia seria comparar os veteranos da UNEF I aos ex-combatentes da FEB, sendo que receberiam graduação de terceiro sargento e atendimento médico-hospitalar nos serviços de saúde das Forças Armadas do país. As respostas até então foram negativas e o Comando do Exército justifica-se destacando a natureza das Operações de Força de Paz da ONU, em que não há declaração de guerra entre as forças oponentes na ocasião, como no caso da Segunda Guerra Mundial, não os caracteriza como combatentes.[63]

Para composição de processos reivindicatórios foram realizadas avaliações psicológicas com veteranos gaúchos do 20º e último contingente onde constatou-se patologias como "síndrome de estresse pós-traumático cronificada"[64], esquizofrenia, buscando exemplificar os danos causados pela guerra. O descaso do governo brasileiro na época ao dispensar estes homens, de modo análogo ao ocorrido com os veteranos da FEB, sem sequer uma entrevista de avaliação psicológica contribuiu para o agravo dos problemas. Em depoimento aos autores um veterano revela a existência de companheiros de missão que enfrentam situações econômicas e emocionais extremamente críticas, identificando o tratamento destinado aos veteranos como um "total descaso"[65] e como uma situação de "dívida" pública por parte das autoridades competentes.

Algumas representações estaduais das instituições de ex-militares brasileiros participantes da UNEF I comemoram anualmente no dia 31 de Outubro o Dia da ONU. A associação sediada em Curitiba aproveita a data para realização de grandes eventos anuais na Praça das Nações, no bairro Alto da XV, desde a fundação do monumento no local, em 1989.[66] Neste local, identificamos comemorações dos veteranos paranaenses em que ocorre a prática de hasteamento de bandeiras da

63 NUNES, Juliana Cézar. Amnésia Tupiniquim: eles ganharam o Prêmio Nobel, mas vivem esquecidos em Brasília. In: Brasília: Correio Brasiliense, 25 fev. 2004.
64 Idem, p. 17.
65 GARCIA, Wilton Mello. Entrevista. Porto Alegre, 05 fev. 2007. TROMPCZYNSKI, Henrique João. Entrevista. Curitiba, 26 mar. 2006.
66 ESTADO DO PARANÁ. Boinas Azuis comemoram. Curitiba, 25 out. 1990.

ONU e dos países participantes da força, discursos de oficiais da ativa e de veteranos, cerimônias com menção religiosa ecumênica proferida por um ex-capelão do Batalhão Suez, leitura de poemas e condecorações com medalhas para militares e civis. Em um dos discursos chamou-nos atenção a comparação realizada em um discurso: "O soldado brasileiro soube enfrentar as nevascas da Itália e o sol escaldante do deserto no Oriente Médio", demonstrando uma vez mais o espelhamento existente entre veteranos de Suez e da FEB, valorizando o aspecto expedicionário da missão.

Sobre a formação das associações e suas principais atividades, comemorações em eventos e homenagens e outros papéis assumidos pelas organizações de veteranos vemos que o Brasil apresenta uma característica particular de pulverização das associações em diferentes cidades, com distintas manifestações e práticas, de modo a dificultar a integração do grupo, o que consequentemente ocasiona enfraquecimento da atividade política quando trata-se da conquista de alguns objetivos comuns. A forma de recrutamento das tropas de ambas as realidades estudadas ocorreu em forma de revezamento em unidades de vários Estados da Federação gerando a fundação de inúmeras associações no Brasil[67] Sabe-se notícias de reuniões entre veteranos de Suez em diversas outras cidades mas sem associações estabelecidas.

Sobre a situação jurídica do grupo estudado, temos exemplos de uma audiência pública ocorrida na Câmara Federal que ocorreu em 2 de dezembro 2003, por iniciativa do Deputado Federal Leonardo Mattos e do Deputado Federal Enio Bacci, este então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Na ocasião foi solicitado ao então Coronel da Reserva do Exército Brasileiro, Sr. Manoel Wagner de Araújo Freire, um relato dos acontecimentos por ele vivenciados em 1967 no Egito onde ocupava o cargo de Primeiro Tenente de Intendência.

Ao final de seu relato o ex-oficial afirma que os veteranos foram "injustamente esquecidos", e solicita "parecer favorável" para a causa. Na ocasião participaram vários representantes da associação de veteranos do Batalhão Suez no Rio Grande do Sul, participantes do 20º Contingente, o que tornou o teor da audiência voltado para o problema específico dos veteranos do último contingente e do trauma psicológico causado pela experiência em combate na Guerra dos Seis Dias,

[67] Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU, com sede em São Paulo; Associação Batalhão Suez Do Vale Do Paraíba, no interior de São Paulo, Associação dos Militares do Batalhão Suez - Seção: Campos dos Goitacazes, no Rio de Janeiro; Associação dos Boinas Azuis da Paraíba; Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão Suez, com sede em Porto Alegre; Associação dos Boinas Azuis da ONU, fundada em Joinville, Santa Catarina; Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez em Pernambuco, Associação dos Integrantes do Batalhão Suez - III / 2°. RI, na cidade do Rio de Janeiro; além daquelas que parecem tentativas de integração nacional, como a Associação Batalhão Suez – Regional Paraná, que mudou o nome para Associação Brasileira de ex-Integrantes de Forças de Paz da ONU – os Boinas Azuis, com sede em Curitiba; a Associação Histórica dos Boinas Azuis do Brasil, com sede no Rio Grande do Sul; ou Federação Nacional das Forças Internacionais de Paz, no Rio de Janeiro, ou do Instituto dos Ex-combatentes das Forças Armadas Internacionais de Emergência das Nações Unidas, e por fim, Organização Brasileira dos Veteranos das Nações Unidas e Estados Americanos.

quando ocorreu a invasão de tropas de Israel nos campos da UNEF I. A prerrogativa foi negada e os veteranos prosseguiram com outros pedidos.

Em 2007 veteranos de Suez foram recebidos pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim e na ocasião eram intermediados pelo Deputado Nilson Mourão (PT-AC). As reivindicações consistiram em solicitação de amparo aos veteranos devido aos problemas vivenciados pelo Batalhão Suez. Alega-se erros no Exército Brasileiro como: despreparo das tropas, péssimas condições de vida durante a missão, risco eminente de guerra e não atendimento dos traumas com os quais retornaram Tampouco houve sucesso nesse encontro. A informação que baseou a pauta foi a de que "quase todos os brasileiros que estiveram na força Suez voltaram incapacitados física ou mentalmente".[68]

Um dos documentos que revelam a resistência do poder público em atender aos pedidos de reparos dos veteranos de Suez foi a resposta às solicitações feitas pelo Sr. José de Sá Medina em 13 de Novembro de 2007, então presidente do Instituto dos Ex-combatentes das Forças Armadas Internacionais de Emergência das Nações Unidas. Conforme vimos, varias associações foram criadas ao longo dos anos em diferentes Estados brasileiros. Este instituto parece ser uma das tentativas de integração nacional de veteranos de forças de paz em prol da causa reivindicatória junto à Justiça Federal do Brasil. A resposta emitida quatro meses depois, em 12 de Março de 2008, alega que os militares enviados tiveram seus ganhos extras durante a missão, pois:

> "recebiam soldo em moeda estrangeira e estavam amparados pela legislação da ONU e das Forças Armadas brasileiras. O direito de reforma apenas é válido em caso de incapacidade física definitiva. Caso algum veterano comprove o problema relacionando-o à missão, pode requerer tal reforma."[69]

Segundo o mesmo documento, os integrantes do Batalhão Suez que retornaram à vida civil por término do tempo de serviço não são considerados militares por não terem sido efetivados na instituição, não sendo portanto responsabilidade da mesma assegurar algum tipo de assistência à civis. A carta reitera ainda que todo cidadão tem assegurado por lei os benefícios constitucionais em que pode recorrer ao Sistema Único de Saúde (SUS) para assistência médica e aos Planos de Benefícios da Previdência Social para o suporte reivindicado. Os veteranos entraram com a mesma ação judicial no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, tendo sido o pedido considerado "improcedente", recorreram ao Superior Tribunal de Justiça, uma vez mais tendo seu pedido de reforma negado.[70]

---

68 ADGHIRNI, Samy. Jobim recebe soldados do Suez. In: Correio Braziliense. 28 nov. 2007.

69 BRASIL. Ofício n º 2537. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. Assessoria Parlamentar. Carta resposta ao Sr. José de Sá Medina, presidente do Instituto dos Ex-combatentes das Forças Armadas Internacionais de Emergência das Nações Unidas, emitido em 12 de Março de 2008 sobre pedido de reforma dos ex-integrantes do Batalhão Suez.

70 STJ - TV Justiça. Ex-combatentes do Batalhão de Suez (sic.) não têm direito à pensão especial. Disponível em: http://www.tvjustica.gov.br/maisnoticias.php?id_noticias=6406 Acesso em: 2/7/2008.

Conclusão

É fato que alguns veteranos de Suez superaram a dificuldade apresentada e não trouxeram trauma algum da missão ou do "abandono" questionado por alguns, sendo bem sucedidos em suas respectivas profissões e entendendo a missão como algo positivo para suas vidas.[71] Alguns afirmam ter retornado com dinheiro e adquirido bens que lhes foram fundamentais para o futuro. Outro veterano relata que ao final da missão realizou a retirada de 3000 dólares, provenientes dos soldos da UNEF I.[72] Alguns administraram as economias sem gastos excessivos nos '*leaves*', trazendo parte dos ganhos para o país. Outros seguiram carreiras promissoras obtendo melhores condições de vida. Enfim, temos aqui uma diversidade de destinos que contrasta com a situação de inadaptação e conflito mais ou menos geral do veterano da FEB. Em comum a ambas experiências, da FEB e do Batalhão Suez, temos uma mesma atitude por parte do Exército: o envio de recém-incorporados para missões no Mediterrâneo, ao invés de profissionais de longo tempo de serviço; o desprezo pela experiência adquirida quando do retorno das operações, ao mesmo tempo em que se pretendia modernizar as forças armadas; e uma indiferença permanente com relação ao destino dos desengajados e das implicações do processo de reintegração social destes veteranos, mesmo quando a experiência histórica da instituição recomendaria o contrário.

71 FUHRMANN, Silvio Luiz. Depoimento ao autor. Gramado – RS, 02 fev. 2007.
72 BARROS, Na fronteira das ilusões... op. cit., p. 243.